

Resenha:

BEN-AYED, Choukri. *L'école discrimine-t-elle? Le cas des descendants de l'immigration nord-africaine*. Vulaines-sur-Seine: Éditions du Croquant, 2023

Maria Alice Nogueira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG – Brasil

No Brasil, o sociólogo Choukri Ben-Ayed - professor da Universidade de Limoges na França - é mais conhecido por seus trabalhos sobre as desigualdades socioespaciais de escolarização, em particular, os fenômenos da segregação urbana e das políticas georreferenciadas de matrícula, em suma, sobre o papel do território no funcionamento da instituição escolar.

No entanto, seu último livro – publicado na França, em 2023, e intitulado *L'école discrimine-t-elle? Le cas des descendants de l'immigration nord-africaine* (ainda sem tradução para o português) – se dedica a um novo objeto, a saber, o fenômeno da discriminação, com base na cor da pele ou na origem nacional, no interior do espaço escolar, a partir do caso dos descendentes dos imigrantes magrebinos (argelinos e marroquinos) na França.

A sociologia da educação francesa já conta com certa tradição de estudos sobre as relações entre imigração e escola, que parte dos conhecidos estudos de A. Sayad (2014) e chega às pesquisas atuais de M. Ichou (2018), passando pelos trabalhos de Z. Zéroulou (1988) e de S. Laacher (1990).

A perspectiva proposta por Ben-Ayed inova, ao tirar o costumeiro foco das desigualdades de desempenho ou de destino escolar, para o colocar numa dimensão bem menos estudada: a experiência e o sentimento de discriminação experimentados pelos sujeitos e que têm origem no processo de escolarização.

Tal objeto, segundo o autor, constitui uma das mais recentes tendências da sociologia da educação na França, e penso que o mesmo se poderia dizer para o Brasil.

Ele assinala como causas dessa tendência, por um lado, o agravamento da crise social (pauperização, precarização do emprego, segregação residencial), com consequências para os processos de segregação escolar e intraescolar (composição das turmas e concentração de alunos em dificuldade;

alta rotatividade de professores etc.). Por outro lado, a emergência com força dos movimentos identitários e das políticas públicas de educação que os acompanham, sendo a política de cotas talvez a mais visível dentre elas.

A obra se compõe de três partes e 12 capítulos, além de uma introdução que coloca em perspectiva o objeto, situando-o no quadro da tradição de estudos franceses sobre a relação entre imigração e escola, mas também descreve os passos metodológicos adotados na coleta de dados empíricos. A esse respeito, o autor informa que procedeu a um estudo qualitativo em escala microsociológica, no qual realizou entrevistas biográficas aprofundadas com: (i) 14 pais de alunos da educação básica; (ii) seis adultos sem filhos; (iii) quatro diretores de escolas de educação básica; (iv) quatro professores de educação básica; (v) um substituto de procurador da república. Houve também um grupo focal, com cinco alunos do ensino fundamental ao ensino médio, perfazendo um total de 35 entrevistas.

Além disso, ele efetuou vastíssima pesquisa documental, examinando documentos como fichas de alunos de um colégio em zona de alta segregação, um conjunto de textos jurídicos relativos aos direitos da criança e ao direito à educação, uma análise secundária da jurisprudência da Corte Europeia dos Direitos do Homem, além de uma base de dados da Alta Autoridade de Luta contra as Discriminações (Halde).

A primeira parte do livro - que compreende os capítulos de 1 a 4 - aborda a sociologia das relações entre escola e os descendentes da imigração norte-africana na França e as condições que tornaram possível o surgimento recente do objeto “discriminação escolar”.

A segunda parte - que abrange os capítulos de 5 a 7 - se dedica a formular uma conceituação da noção de discriminação escolar, articulando campos disciplinares diversos, como a sociologia do direito à não discriminação e a sociologia do direito à educação.

Por fim, a terceira parte - compreendendo os capítulos de 8 a 12 - efetua a análise propriamente dita dos dados empíricos coletados, abordando o fenômeno da discriminação tanto nos espaços públicos fora da escola, quanto em seu interior.

Assim, uma parte importante do livro é consagrada à própria definição da noção de “discriminação”, escrutinada em suas dimensões jurídica, política e sociológica. Esse exercício é considerado, pelo autor, como necessário, em razão da atual existência de um “verdadeiro caos semântico” (p. 120), sobretudo na literatura científica que mistura e confunde expressões como “segregação”, “relegação”, “racismo”, “injustiça”, “xenofobia”, “discriminação”.

No interior desse debate, Ben-Ayed confessa que o mais difícil é distinguir entre “discriminação” e “desigualdades”, principalmente, quando se trata de desigualdades escolares, sejam elas de acesso, de permanência ou de aquisição de conhecimentos. Daí sua conclusão, de que ainda nos defrontamos com uma “ausência de conceitualização da noção de discriminação escolar” (p. 121), e que, por isso, temos muito que avançar nessa direção.

Com esse propósito, ao longo do texto, Ben-Ayed vai desenhando as linhas gerais daquilo que faz da discriminação uma categoria específica, culminando em uma definição que a erige como uma ameaça ao direito à educação. A base para tal está em critérios ilegítimos, porque extrínsecos ao mérito escolar e porque inaceitáveis socialmente, tal como as práticas de desrespeito aos direitos humanos e à dignidade dos indivíduos.

Ele cita, à guisa de exemplo, as microagressões, as humilhações, as hostilidades correntes no ambiente escolar. Como se vê, tal definição, embora correlata da noção de desigualdade, traça uma tênue linha de fronteira em relação a ela. Apela para fenômenos de natureza ética e moral socialmente condenáveis, diferentemente do que ocorre com o mérito escolar, um princípio de justiça distributiva (dentre outros), amplamente aceito em nossas sociedades ou, para usar os termos de F. Dubet (2008, p. 48-49), uma “ficção necessária” à vida social. Trata-se, portanto, de noções distintas, mas que podem, segundo o autor, se potencializar.

De minha parte, a leitura, (sempre subjetiva) do texto, levou-me à consideração que formulo a seguir. Diferentemente das desigualdades escolares que constituem um fenômeno objetivo e objetivável - e, por isso, conseguimos calcular taxas de acesso, de permanência e de sucesso escolar -, a discriminação é da ordem do atributivo. Isso significa que é preciso que haja um

agente que atribui algo (estigmas, humilhações, hostilidades) a outro agente que pode ou não experimentar ou vestir o atributo.

Uma primeira consequência disso é de ordem metodológica e consiste na dificuldade de capturar o fenômeno da discriminação. Ele pode não ser vivenciado pelo sujeito (que lida com isso de modos diferentes), como também pode ser esquecido ou recalcado ao longo do tempo. Tudo isso torna difícil sua detecção, sobretudo por meio de entrevistas, como foi o caso da pesquisa empírica de Ben-Ayed. A meu ver, essa é a razão explicativa para boa parte dos resultados encontrados pelo autor, a saber:

- a) os entrevistados adultos manifestaram menos do que esperado o sentimento de discriminação : “sentimento que pode ter se diluído no tempo “ (p. 358), hipótese do próprio autor;
- b) os professores ouvidos relutaram em admitir haver discriminação na escola (p. 377-379-380), embora reconheçam que ela existe fora dela e relatam que os próprios alunos pouco se queixam de discriminação;
- c) Os alunos não se mostraram muito sensíveis ao tema da discriminação.

Foram esses achados, principalmente, que levaram o autor a escrever, com bastante prudência, na conclusão da obra : “Se não podemos afirmar que a escola discrimina, podemos, em contrapartida, constatar - a partir da base empírica do estudo - que, em seu seio, se produzem mecanismos discriminatórios. Entretanto, eles são complexo, difusos, dispersos” (p. 397).

O fato é que Ben-Ayed soube fazer, com maestria, ao longo de mais de 400 páginas, um trabalho refinado e agudo de diferenciação analítica de fenômenos dificilmente dissociáveis, tais como racismo, segregação, desigualdades, discriminação. Com isso, ele enriquece, em muito, a análise sociológica sobre o assunto, e abre “novas pistas de pesquisa e interpretação”, como afirma Agnès van-Zanten em seu belo prefácio à obra.

Só nos resta, por fim, agradecer ao autor por mais essa preciosa contribuição para o campo da sociologia da educação e estimular o editor brasileiro a assumir o trabalho mais amplo de tradução e divulgação do livro.

Referências

DUBET, François. *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

ICHOU, Mathieu. *Les enfants d'immigrés à l'école*. Inégalités scolaires, du primaire à l'enseignement supérieur. Paris: PUF, 2018.

LAACHER, Smain. L'école et ses miracles. Notes sur les déterminants sociaux des trajectoires scolaires des enfants de familles immigrés. *Politix*, v. 3, n. 12, p. 25-37, 1990.

SAYAD, Abdelmalek. *L'école et les enfants de l'immigration*. Paris: Seuil, 2014.

ZÉROULOU, Zahia. La réussite scolaire des enfants d'immigrés. L'apport d'une approche en termes de mobilisation. *Revue Française de Sociologie*, v. XXIX, n. 3, p. 447-470, 1988.